

CORPO DELIBERATIVO

Presidente	Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Vice-Presidente	Conselheiro Iran Coelho das Neves
Corregedor-Geral	Conselheiro Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Ronaldo Chadid <i>Conselheiros em substituição conforme Ato Convocatório n. 004, de 01/10/2025</i>
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro	Sérgio de Paula

1ª CÂMARA

Conselheiro	Iran Coelho das Neves
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro	Sérgio de Paula

2ª CÂMARA

Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Ronaldo Chadid
<i>Conselheiros em substituição conforme Ato Convocatório n. 004, de 01/10/2025</i>	

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Coordenador	Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora	Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador-Geral Adjunto	Matheus Henrique Pleutim de Miranda
Corregedor-Geral	Procurador de Contas Substituto Joder Bessa e Silva
Corregedor-Geral Substituto	Procurador de Contas Substituto Bryan Lucas Reichert Palmeira

SUMÁRIO

ATOS DO PRESIDENTE.....	2
-------------------------	---

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....	Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012
Regimento Interno.....	Resolução nº 98/2018



ATOS DO PRESIDENTE

Atos de Gestão

DECISÃO SINGULAR FINAL - CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 14/2025

Nº DO PROCESSO : TC-ADM/0986/2025
OBJETO : Processo Administrativo Sancionador
CONTRATO : 14/2025
EMPRESA CONTRATADA : J R Machado Imp. e Exp. Ltda.
OBJETO DO CONTRATO : Aquisição de condicionadores de ar
VALOR DO CONTRATO : R\$ 23.070,00 (vinte e três mil e setenta reais)

1. Relatório

A matéria dos autos trata de processo administrativo instaurado para apurar a inexecução total do Contrato nº 014/2025, firmado com a empresa J R MACHADO IMP. E EXP. LTDA, cujo objeto é o fornecimento de condicionadores de ar para esta Corte de Contas.

O trâmite processual revela que, após a emissão da Nota de Empenho nº 2025NE000222 em 22/08/2025, a contratada quedou-se inerte, extrapolando o prazo de entrega de 30 dias corridos que se findou em 21/09/2025. Diante do inadimplemento, a Gerência de Engenharia notificou formalmente a empresa por e-mail nos dias 25, 26 e 29 de setembro, sem obter a entrega do objeto.

O Parecer Técnico do Gestor (fls. 1-4) opinou pela inexecução objetiva e recomendou a abertura de processo administrativo sancionador. Ato contínuo, os autos foram submetidos à Assessoria Jurídica da DAF, que emitiu o Parecer Jurídico Orientativo (fls. 43-45), detalhando a viabilidade legal da rescisão unilateral com fulcro no art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021, e ressaltando a necessidade de observância ao contraditório e à ampla defesa.

Com base na orientação jurídica, o Diretor de Administração e Finanças autorizou a instauração do Processo Administrativo Sancionador em 17/10/2025 (fls.46). Ato contínuo, a contratada foi regularmente intimada em 20/10/2025, com recebimento confirmado via Aviso de Recebimento (AR) em 30/10/2025, para apresentar sua manifestação no prazo de 15 dias úteis (fls. 48-49).

Em sua defesa (fls. 8-10), a empresa contratada alegou "força maior" devido a atrasos aduaneiros decorrentes de greve na Receita Federal. Contudo, a instrução técnica e o parecer jurídico complementar (fls. 64-65) rejeitaram a justificativa, pontuando que a greve invocada ocorreu no primeiro semestre de 2025, sendo fato preexistente e notório à data da assinatura do contrato (24/07/2025), configurando risco assumido pela licitante. Por fim, a Controladoria Interna ratificou integralmente os fundamentos jurídicos para a imposição de sanções (fls. 61-63).

2. Fundamentação

A competência do Presidente do Tribunal de Contas para decisão acerca de rescisões contratuais encontra respaldo legal no art. 9º, inciso I¹, da Lei Complementar nº 160/2012, bem como no art. 20, incisos I, XV e XXIX, do Regimento Interno do TCE-MS², que conferem à Presidência o poder de dirigir os serviços do Tribunal, homologar licitações e praticar atos de gestão administrativa.

Somado a isso, o art. 138, § 1º, da Lei nº 14.133/2021³ leciona que a extinção unilateral de contrato administrativo exige autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, sendo esta a função precípua do Presidente após o regular trâmite do processo sancionador.

Assim, cabe a esta Presidência decidir sobre a rescisão e a aplicação das sanções de multa.

¹ Art. 9º Compete ao Presidente do Tribunal:

I - dirigir o Tribunal e os seus serviços;

² Art. 20. Compete ao Presidente:

XV - homologar os procedimentos internos de: a) licitações para as contratações de compras, prestações de serviços e realização de obras; b) dispensas ou de inexigibilidades de licitações;

XXIX - praticar qualquer outro ato autorizado nas Constituição Federal e Estadual, em lei, em regulamento ou neste Regimento ou que resulte de deliberação do Tribunal Pleno, que lhe propicie dar efetividade no exercício da função.

³ Art. 138. A extinção do contrato poderá ser: § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.



É cediço que a inexecução contratual configurou-se de forma objetiva pelo descumprimento do subitem 5.1 do Termo de Referência e das obrigações estabelecidas no Contrato nº 014/2025, que previam o prazo de 30 dias corridos para a entrega dos condicionadores de ar. Embora a Administração tenha adotado como marco inicial a emissão da Nota de Empenho nº 2025NE000222 em 22/08/2025 — data mais benéfica à contratada do que a própria assinatura do pacto —, o termo final para a entrega expirou em 21/09/2025 sem que o objeto fosse fornecido.

O inadimplemento foi agravado pela violação do subitem 9.1.3 do contrato, que impunha o dever de comunicação prévia sobre qualquer impedimento.

Dessa forma, o desatendimento injustificado dos prazos pactuados enseja a rescisão unilateral do ajuste, com fundamento no art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021⁴.

Diante da inexecução total, é devida a aplicação da multa compensatória de 10% sobre o valor total do contrato (R\$ 23.070,00), conforme sugerido no Relatório Complementar da Gerência de Engenharia.

A penalidade pecuniária aplicada baseia-se na Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 014/2025, que disciplina as sanções administrativas. Conforme o item **“IV) Multa:** a) *o atraso superior a 10(dez) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137, da Lei n. 14.133, de 2021*” e o item 4: *“compensatória, para a inexecução total do contrato, prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) do valor do contrato”*.

A citada alínea “c”, por sua vez, assim dispõe: *“(…) comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133/2021, o contratado que: c) der causa à inexecução do contrato”*.

Ressalta-se que neste caso, a multa moratória por atraso deve ser afastada para evitar o *bis in idem*, convertendo-se a penalidade em natureza puramente compensatória devido à rescisão unilateral definitiva.

Adicionalmente, aplico a contratada a sanção de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021⁵ e cláusula 12.2, II, do Contrato nº 014/25.

A dosimetria das sanções aplicadas observa os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, pilares do regime jurídico-administrativo, encontrando amparo no art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece expressamente: **“Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle”**.

No caso vertente, a inexecução total do objeto contratual, aliada à omissão no dever de comunicação prévia e à ausência de colaboração efetiva para a solução do impasse, configura conduta gravosa que compromete o interesse público e a continuidade do serviço administrativo. A fixação da multa compensatória em 10% do valor contratual, dentro dos limites legais previstos no art. 156, § 3º (0,5% a 30%), e o impedimento de licitar pelo prazo de 1 (um) ano, conforme autoriza o art. 156, § 4º (prazo máximo de 3 anos), representam medidas estritamente necessárias e suficientes para a desestimular práticas contrárias aos deveres de lealdade e boa-fé nas contratações públicas desta Corte de Contas.

Considerando o encerramento do exercício de 2025 e a necessidade de regularização contábil levantada pela Coordenadoria de Orçamento e Contabilidade, a anulação integral da Nota de Empenho nº 2025NE000222 é medida necessária para garantir a regularização contábil desta Corte, evitando a inscrição indevida de valores por serviços não prestados.

Por fim, ante a extinção do ajuste e a necessidade do objeto para o funcionamento desta Corte, autorizo, desde já, a convocação da segunda colocada no Pregão Eletrônico nº 03/2025 para que, caso aceite, celebre a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora, conforme facultado pelo art. 90, §§ 2º e 7º da Lei nº 14.133/2021⁶.

⁴ Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

⁵ Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: III - impedimento de licitar e contratar;

⁶ Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei. [...] § 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor. [...] § 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.



3. Dispositivo

Diante do exposto, decido:

I – rescindir do Contrato nº 014/2025 firmado com a empresa J R MACHADO IMP. E EXP. LTDA, aplicando-lhe multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso do Sul pelo prazo de 1 (um) ano;

II – determinar à Coordenadoria de Orçamento e Contabilidade a anulação integral da Nota de Empenho nº 2025NE000222, no valor de R\$ 23.070,00;

III – determinar à Coordenadoria de Licitações a imediata **convocação da segunda colocada** do Pregão Eletrônico nº 03/2025, nos termos do edital e da legislação vigente;

IV – determinar o registro das sanções no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), após o trânsito em julgado administrativo, conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

Publique-se o inteiro teor desta decisão.

Cientifiquem-se a empresa sancionada e as unidades interessadas.

Campo Grande, 29 de dezembro de 2025.

Conselheiro Flávio Kayatt
Presidente

Extrato de Contrato

PROCESSO TC-CP/0089/2024 - PROCESSO TC-AD/1078/2025 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2024

PARTES: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul; Empresa MPS Informática LTDA.

OBJETO: SUPRESSÃO de aproximadamente 7,72%, no valor do item 3 do contrato, referente a serviços mensais de sustentação: manutenção corretiva, suporte técnico, atualização tecnológica, com franquias de horas para manutenção evolutiva.

PRAZO: Inalterado.

VALOR: R\$ R\$ 2.341.174,28 (dois milhões trezentos e quarenta e um mil cento e setenta e quatro reais e vinte oito centavos)

ASSINAM: Flávio Esgaib Kayatt e Paulo Roberto Absy.

DATA: 26/12/2025.

TC-CP/0202/2023 - TC-AD/1129/2025 - 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 018/2023

PARTES: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul; Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração subjetiva do Contrato n. 018/2023, em virtude de incorporação da empresa originariamente contratada, IPNET SERVICOS EM NUVEM E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, pela empresa TELEFÔNICA CLOUD E TECNOLOGIA DO BRASIL S.A.

A empresa incorporadora passa a suceder em todos os direitos e obrigações a empresa incorporada a partir de 1º de novembro de 2025.

PRAZO: Inalterado.

VALOR: Inalterado.

ASSINAM: Flávio Esgaib Kayatt e Fábio Carneiro da Silva.

DATA: 29/12/2025.

PROCESSO TC-CP/1196/2025 - CONTRATO Nº 027/2025

PARTES: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul; Banco do Brasil S.A.

OBJETO: Regular a abertura de conta de depósito de titularidade de pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração, vinculada a contrato administrativo de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, na forma prevista no art. 121, §3º, inc. III, da Lei nº 14.133/2021.

PRAZO: 60 (sessenta) meses.

VALOR: sem custo

ASSINAM: Flávio Esgaib Kayatt e Sebastião Vanderlan Borges Soares.

DATA: 29/12/2025.



Licitação

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024 PROCESSO TC-CP/1186/2024

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através da Coordenadoria de Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, para a contratação de empresa especializada em serviços de outsourcing da solução de segurança da informação: incluindo o fornecimento de solução como serviço, envolvendo hardware, software, assinaturas de atualização, instalação, treinamento, customização, suporte técnico e manutenção., com autorização constante no processo **TC-CP/1186/2024**:

1.1 Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, nomeados pela Portaria 'P' n.º 656/2025.

1.2 Regência Legal: O procedimento da licitação será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa SGD/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

1.3 Data, horário e local da realização: A sessão será realizada no dia **22 de janeiro de 2026, às 09h00, no endereço eletrônico:** <https://www.qov.br/compras/pt-br/>.

1.4 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

1.5 O edital completo poderá ser obtido no site do Tribunal de Contas, no endereço: <https://transparencia.tce.ms.gov.br/licitacoes> ou no Portal Nacional de Contratações Públicas, no endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Campo Grande/MS, 30 de dezembro de 2025.

VERIDYANA CARDOSO FANTINATO
Chefe da Coordenadoria de Licitações e Contratos

